

Psicologia em movimento

ISSN 2319-085X

Conselho Regional de Psicologia
Santa Catarina - 12ª Região
Nº 7 - Gestão 2013/2016
Fevereiro/Maio de 2016

Construindo as diretrizes da Psicologia em Santa Catarina



Profissionais presentes no **IX COREP**
aprovaram as **RESOLUÇÕES** para a próxima
gestão do Conselho Regional e as propostas
que serão encaminhadas ao **9º CNP**



3 Editorial

Psicologia com participação é movimento!

4 Gestão

Planejamento 2016
CRP-12 inaugura Subsede Sul em Criciúma
Região Norte conta com Subsede em Joinville

7 Eleições

Eleições 2016-2019 – 9ª Plenária

8 9º CNP

Diretrizes e ações deliberadas com participação de todo o Estado
Congresso Regional define propostas catarinenses para a Psicologia

10 Políticas Públicas

Eixo Saúde | Dia da Luta Antimanicomial em SC Em busca de novas respostas
Psicologia e Justiça | Psicologia e alguns dispositivos legais em Santa Catarina
Assistência Social | Comissão define Planejamento de atividades

13 Atuação Profissional

CATE | Pesquisa sobre o impacto da implantação do Título de Especialista
COE | Processamento Disciplinar Ético
COF | Relação da Psicologia com os Benefícios Eventuais da Política de Assistência Social

16 Orientação

Estudo revela perfil dos profissionais que atuam na relação com a Justiça

19 Relações Interinstitucionais

Ulapsi: construindo relações latino-americanas
5º Congresso Brasileiro de Saúde Mental (CBSM)

20 Entrevista

Questão urbana e subjetividades na Psicologia

22 O assunto é...

Democratização da Comunicação e subjetividades | XIX Plenária Nacional do Fórum Nacional e Democratização | Resolução sobre Plano de Ação do FNDC

24 Transparência

Indicador de Gastos com Pessoal | Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária | Balanço Financeiro | Balanço Orçamentário

27 Agenda

27 Identidade Profissional

Novos psicólogos têm encontro com o Conselho na entrega da Carteira de Identidade Profissional

Expediente

Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina - 12ª Região - CRP-12

• Sede do Conselho Regional de Psicologia 12ª Região: Rua Prof. Bayer Filho, 110, Coqueiros, Florianópolis, SC | CEP: 88080 300 | E-mail: crp12@crpsc.org.br | Fone: (48) 3244 4826

• Subsede Oeste: Ed. Lazio Executivo, Av. Porto Alegre, 427-D, Sala 802, Centro, Chapecó, SC | CEP: 89802 130 | E-mail: oeste@crpsc.org.br | Fone: (49) 3304 0388

• Subsede Sul: Rua Henrique Lage, 267, Sala 02, Ed. João Benedit, Centro, Criciúma, SC | CEP: 88801 010 | E-mail: sul@crpsc.org.br | Fone: (48) 2102 7091

• Subsede Norte: Rua Blumenau, 64, sala 1.306, Ed. Advile Business, Bairro América, Joinville, SC | CEP: 89204 248 | E-mail: norte@crpsc.org.br | Fone: (47) 3202 7421

www.crpsc.org.br
www.facebook.com/crp12sc

ISSN 2319-085X

Conselho Editorial: Jaira Terezinha da Silva Rodrigues e Inea Giovana da Silva Arioli
Jornalista: Sandra Werle (SC 0515 - JP)
Produção: Letra Editorial
Impressão: Delta Print Gráfica
Tiragem: 12.500 exemplares



DIRETORIA

Conselheiro
Presidente: Igor Schutz dos Santos

Conselheira Vice-Presidente: Yara Maria Moreira de Faria Hornke

Conselheira Tesoureira: Giulianna de R. C. Leandro Remor

Conselheira Secretária: Inea Giovana da Silva Arioli

VIII PLENÁRIO

Conselheiras(os) Efetivas(os)

Anderson Luis Schuck
CRP-12/10082
Fabricio Antonio Raupp
CRP-12/08012
Inea Giovana da Silva Arioli
CRP-12/01269
Igor Schutz dos Santos
CRP-12/07736
Jaira Terezinha da Silva Rodrigues
CRP-12/01706
Maribel Batista Sebastião
CRP-12/08030
Simone Vieira de Souza
CRP-12/01489
Tatiane Cristine da Silva
CRP-12/08607
Yara Maria Moreira de Faria Hornke
CRP-12/08685

Conselheiras(os) Suplentes

Aline Batista Bernardes
CRP-12/06683
Ana Maria Pereira Lopes
CRP-12/01423
Geny Beckert
CRP-12/02454
Giuliana de R. C. de Leandro Remor
CRP-12/05268
Joice Danusa Justo
CRP-12/07017
Juliana Lima Medeiros
CRP-12/08651
Juliane Cristine Koerber Reis
CRP-12/00469
Junior Cesar Goulart
CRP-12/11136

Psicologia com participação é movimento!

Finalizamos 2015 realizando um balanço do Planejamento Estratégico para os três anos de gestão do CRP/12 e uma avaliação da plataforma que elegeu o VIII Plenário, tendo em vista a finalização do mandato no mês de agosto e o Planejamento das ações para 2016. No balanço, tivemos a grata satisfação de constatar que 90% do que foi estabelecido já foi concretizado, restando alguns compromissos que foram inclusos no planejamento 2016 e que vocês poderão acompanhar na editoria “Gestão” da revista, assim como, no desdobramento das ações das diferentes editorias que registram ações das Comissões, Eixos Temáticos e Grupos de Trabalho do CRP-12. Estas ações permitem observar um plenário atuante em diferentes representações e temáticas. Grupos de trabalho interinstitucionais envolvendo assuntos de interesse da categoria, como a questão da saúde suplementar, o concurso público e as relações de trabalho.

Dentre os principais desafios pensados por nossa gestão, foi elencada a ampliação da participação da categoria na política profissional do CRP-12, desafio que foi expresso pelo mote de gestão: “Psicologia com participação é movimento”.

Muitas foram as ações realizadas para este fim, ações que envolveram muitas parcerias com universidades, entidades representativas da Psicologia catarinense (ABEP/SC, SinPsi/SC, FEPSIC, ABRAPSO/SC) e grupos de Psicólogos organizados em associações, serviços e participantes de órgãos de controle e movimentos sociais.

Estes resultados podem ser constatados nesta edição, nas atividades programadas para o IX Congresso Nacional da Psicologia - CNP (mais de 50 eventos preparatórios, 14 Pré-Congressos, entre eles três Pré-Congressos Livres organizados pela categoria, um COREP com o dobro de delegados eleitos no último congresso, e três chapas concorrentes à delegação do CNP). Outras importantes ações do VIII Plenário são os 11 Polos regionais

da Política de Participação e Colaboração criados no Estado (Florianópolis, Balneário Camboriú, Itajaí, Blumenau, Joinville, Rio do Sul; Lages, Criciúma, Orleans, Chapecó e Caçador) e, para 2016, a criação de um novo Polo em São Miguel do Oeste, assim como a transformação do escritório setorial Oeste em sub-sede e a criação de duas novas sub-sedes (Norte em Joinville e Sul em Criciúma) no primeiro semestre deste ano.

A maior aproximação com a categoria profissional possibilitou que o CRP-12 protagonizasse um diálogo junto ao judiciário e representantes do Executivo catarinense. Este diálogo possibilitou a realização da pesquisa que buscou mapear o transborde da Justiça e a ação de fiscalização dos órgãos públicos, que em parceria com a FECAN, promoveu mais de 10 encontros pelo Estado e reuniu aproximada-

É no seio da construção política da nossa profissão, e da sociedade como um todo, e do embate com as questões de Estado que se concentram boa parte das questões que interferem na vida das pessoas.

mente 600 profissionais da Psicologia e gestores. Foram abordadas problemáticas importantes vivenciadas pelas(os) psicólogas(os) nas políticas públicas, em especial nas políticas da área da saúde e assistência social.

Temos mais duas grandes ações que estão sendo organizadas pelo VIII Plenário, as quais convidamos a todas e todos para participar. A realização do III Seminário de Atenção Psicossocial e o dia de mobilização em praças públicas em comemoração ao Dia do Psicólogo. O objetivo é dar continuidade à interlocução já iniciada com a categoria profissional em torno do campo da Saúde Mental e Rede de Atenção Psicossocial, assim como, apresentar o fazer da Psicologia à sociedade catarinense, a partir do temário “A Psicologia em nossas vidas”. Acompanhe nesta edição a programação das atividades e participe!



Valem destaque mais dois assuntos, considerando a relevância social dos mesmos na atual conjuntura brasileira: a temática das eleições no Sistema Conselhos de Psicologia (é importante que você psicóloga(o) participe ativamente deste processo, faça seu cadastramento e se informe das orientações disponibilizadas pelas comissões eleitorais nesta edição e no site do CRP-12) e a necessária leitura crítica da mídia nos processos de subjetivação do povo brasileiro.

O que a Psicologia tem há ver com isso? Muito, enquanto profissionais da área das ciências humanas temos a possibilidade e o compromisso de ultrapassar o senso comum e contribuir para a ampliação da consciência social crítica, condição necessária para o exercício da cidadania e organização social. É fundamental que no exercício profissional possamos discernir entre o conhecimento e o senso comum expresso nos meios de comunicação e lutarmos por meios mais democráticos e inclusivos.

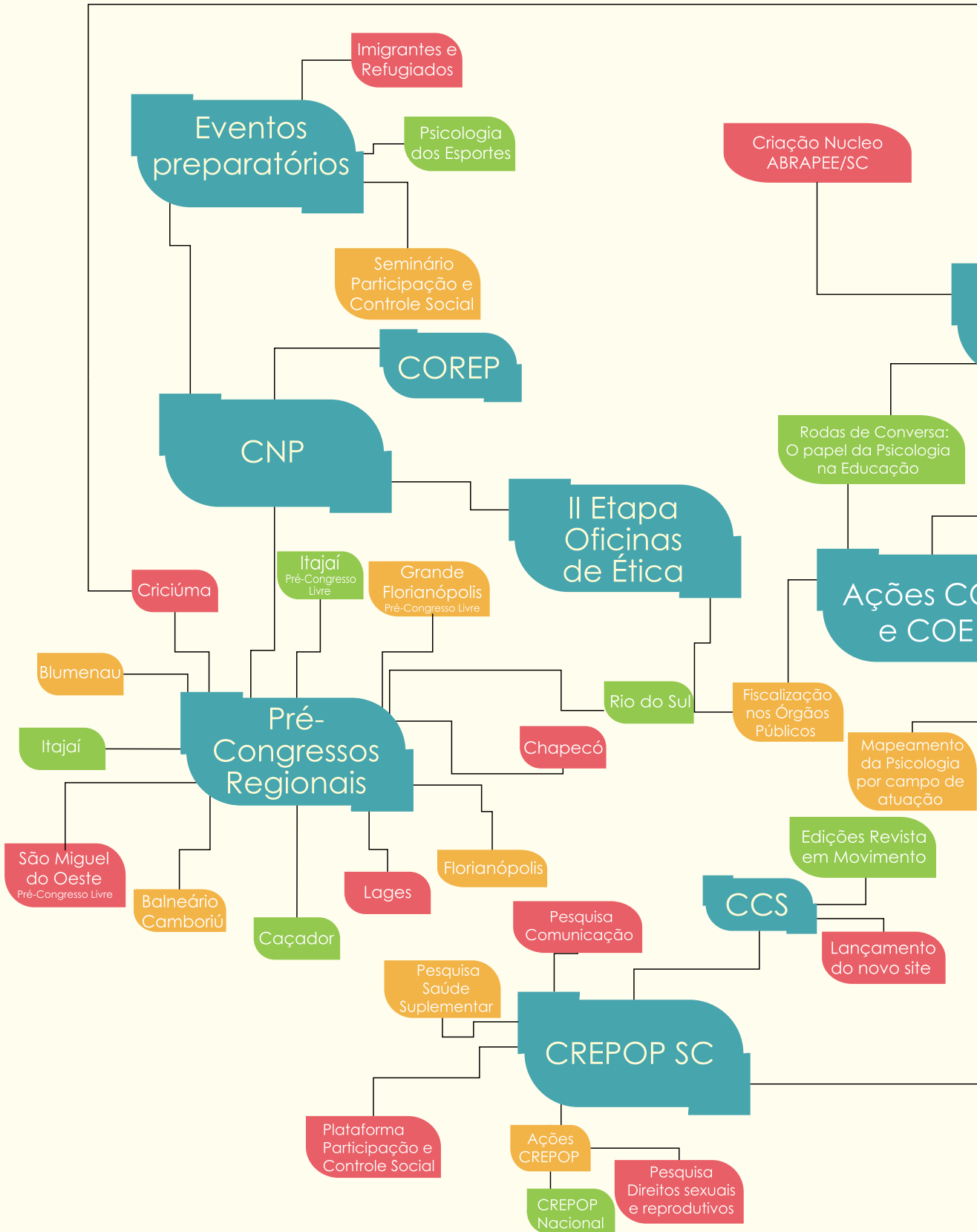
É no seio da construção política da nossa profissão, e da sociedade como um todo, e do embate com as questões de Estado que se concentram boa parte das questões que interferem na vida das pessoas. Isso significa participação na elaboração de políticas públicas, com a igual possibilidade de influir no ampliamto da compreensão e esclarecimento da opinião pública sobre assuntos de grande importância social.

Assim, reiteramos nosso convite a participação, pois Psicologia com participação é movimento!

Boa Leitura!

VIII Plenário do CRP-12
(Gestão 2013-2016)

Planejamento



2016



CRP-12 inaugura Subsede Sul em Criciúma

O Conselho Regional de Psicologia inaugurou no dia 9 de abril sua subsede Sul. O local tem como principal objetivo levar o CRP para mais perto dos profissionais, promovendo uma gestão regionalizada e participativa. “A criação das subseções se justifica devido ao grande número de psicólogos inscritos, que hoje chegam aos 10 mil; este será um espaço vivo para o desenvolvimento da profissão”, explicou a então presidente do CRP-12, Jaira Rodrigues.

A inauguração do espaço é vista com entusiasmo pelos representantes das instituições da região. “Vejo aqui uma oportunidade de aproximação entre os profissionais e as instituições, o que permite estreitar laços e parcerias; acaba que todos são beneficiados”, disse a vice-presidente da Sociedade de Psicologia de Criciúma, Janaína Borges de Medeiros de Campos. “Nós abrimos espaço para agregar a todos psicólogos e promover momentos de discussão que contribuem para



que façamos uma Psicologia mais democrática, que atenda os interesses de todos os lados”, complementou o representante da Associação dos Psicólogos da Amesc, Alexsandro Ferreira Caetano.

A subsede Sul atenderá aos profissionais da região no horário das 8h às 12h e das 13h às 17h.

Região Norte conta com Subsede em Joinville

O CRP-12 inaugurou no dia 12 de maio sua subsede em Joinville. Durante o evento, que contou com a participação de mais de 50 profissionais, ocorreu debate sobre o Dia Nacional da Luta Antimanicomial, abordando os 29 anos de luta por uma sociedade sem manicômios.

Os convidados/debatedores para o evento foram Nasser Haidar Barbosa, coordenador Saúde Mental de Joinville e Elisa Ferreira, colaboradora do CRP-12.

Muitos representantes de órgãos da saúde e universidades prestigiaram o evento. Da Secretaria de Saúde de Joinville esteve Cinthia Friedrich, da Gerência de Unidade dos Serviços de Referência; do Instituto de Psicologia Fronteiras Gestálticas veio Patrice de Freitas Romais Fischer, do Centro de Estudos e Orientação da Família (CENEF), Marilda Santos; da Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE), Marciane Cleuri dos Santos Pereira; da Associação de Reabilitação

Da Criança Deficiente (ARCD), Tamara Rodrigues Pato Salles e do Centro de Referência em saúde do Trabalhador (CEREST), Mareli Pfüzzenreuter.

A subsede Norte atenderá aos profissionais da região no horário de atendimento e orientação profissional, das 8h às 12h e das 13h às 18h.



Contatos

◆ SUBSEDE SUL

Rua Henrique Lage, 267,
Sala 02, Ed. João Benedit,
Centro, Criciúma, SC
CEP: 88801 010
E-mail: sul@crpsc.org.br
Fone: (48) 2102 7091

◆ SUBSEDE NORTE

Rua Blumenau, 64, sala
1.306, Ed. Adville Business,
Bairro América, Joinville, SC
CEP: 89204 248
E-mail: norte@crpsc.org.br
Fone: (47) 3202 7421

Eleições 2016-2019 – IX Plenário

O Conselho Regional de Psicologia da 12ª Região (CRP-12), representado por seu presidente, psicólogo Igor Schutz dos Santos e a Comissão Regional Eleitoral nomeada pela Portaria nº 007/2016, tornou público o deferimento da chapa inscrita para concorrer as eleições para os representantes do CRP-12, gestão 2016-2019, em conformidade com a Lei nº 5.766/71 e a Resolução CFP nº 004/2015, com a Consulta Nacional para indicação

dos membros efetivos e suplentes do CPF. A nominata da chapa inscrita pode ser acessada no site do CRP-12: www.crp12.org.br.

O processo de votação ocorrerá, via web, conforme artigo 32 – 3 Regimento Eleitoral, das 8h do dia 24 de agosto de 2016, às 17h do dia 27 de agosto de 2016; e através dos postos de votação no dia 27 de agosto das 8 às 17h, respeitados os fusos horários das diversas regiões do país.



Calendário das Eleições

Acompanhe as principais datas e prazos das eleições, conforme definição da Comissão Eleitoral Nacional:

- **De 27/05/2016 a 26/06/2016:** Disponibilização do simulado das eleições no site
- **19/06/2016:** Término do prazo para inscrição de chapas para a consulta nacional ao Conselho Federal de Psicologia
- **24/07/2016:** Prazo máximo para divulgação das chapas e candidatos no site das eleições
- **24/08/2016:** Início da votação eletrônica pelo site, a partir de 8h, horário local
- **De 24/08/2016 a 27/08/2016:** Votação
- **De 27/08/2016 a 26/10/2016:** Período de justificativa
- **27/08/2016:** Término da votação eletrônica, às 17h, horário local
- **27/08/2016:** Eleições nos postos de votação: das 8h às 17h, horário local
- **27/08/2016:** Início do Período de justificativa da não votação, às 17h01
- **27/08/2016:** Apuração e divulgação do resultado parcial dos votos online
- **De 08/09/2016 a 12/09/2016:** Proclamação oficial do resultado das eleições dos CRP's e da Consulta Nacional
- **26/09/2016:** Data limite para posse dos conselheiros regionais
- **26/10/2016:** Término do Período de justificativa da não votação, às 23h59
- **19/12/2016:** Data limite para posse do XVII Plenário do Conselho Federal de Psicologia

As eleições se darão nos seguintes postos de votação:

- ♦ No município de Joinville, Rua Blumenau, nº 64, sala 1306, América.
- ♦ No município de Chapecó, Avenida Porto Alegre, nº 427 D, Ed. Lázio Executivo, sala 802, Centro.
- ♦ No município de Criciúma, Rua Henrique Lage, nº 267, sala 02, Centro.
- ♦ Em Florianópolis na sede do CRP-12, Rua Professor Bayer Filho, nº 110, Coqueiros, CEP: 88080-300, onde também serão recebidos os votos por correspondência.

FIQUE ATENTO: O voto por correspondência só será computado se chegar à sede do CRP-12 até o encerramento da votação, no dia 27 de agosto. O horário de votação via web inicia dia 24 de agosto, às 8h e se encerra no dia 27 de agosto, às 17h. O voto dos profissionais de Psicologia é obrigatório. O Regimento Eleitoral (Resolução CFP 004/2015) encontra-se à disposição dos interessados no site do Conselho Federal de Psicologia (www.cfp.org.br) e na Secretaria deste Conselho Regional de Psicologia.

CRE: A presidência da Comissão é exercida pela psicóloga Eliamar Machado. Na condição de membros efetivos o psicólogo Welton Roberto Kuwer Azambuja e a psicóloga Neida Silveira de Souza S. Thiago. Na condição de membro suplente ficou a psicóloga Esmerita Pereira Tosta Paladini.

REUNIÕES: Cronograma ordinário de reuniões: dias 1, 8, 15, 22 e 29 de julho; dias 5, 12, 19 e 26 de agosto; as referidas reuniões acontecem no período matutino no horário das 8h às 12h.

CONTATO: Por e-mail eleicoes2016@crpsc.org.br ou pelo fone: (48) 3244-4826 - Ramal 213 – Nos dias e horários em que a CRE se reúne.

RECADASTRAMENTO: Para que o processo eleitoral possa ocorrer com sucesso, psicólogas(os) precisam realizar o recadastramento por meio do Cadastro Nacional de Psicólogos. A atualização das informações é importante para aqueles que votarão por correspondência e receberão carta voto em seu endereço e também aqueles que votarão pela internet. O recadastramento será preciso para emissão de senha, que permitirá a participação no processo eleitoral de forma online. Acesse o site <http://cadastro.cfp.org.br> e faça o seu recadastramento.

CNP: Diretrizes e ações deliberadas com participação de todo o Estado

Desde o início de 2016 foram realizados 52 eventos preparatórios, entre mesas-redondas, conferências, oficinas e seminários, além de 14 pré-congressos em todas as regiões do Estado nos meses de março e abril, incluindo três pré-congressos livres (convocados por outras entidades ou grupos de profissionais).

Em cada evento foram sendo formuladas propostas para servir

de base para as diretrizes e ações a serem deliberadas pelo Sistema Conselhos para os próximos três anos (gestão 2016-2019) durante o 9º Congresso Nacional da Psicologia (CNP).

Nos dias 30 de abril e 1º de maio, o CRP-12 promoveu o IX

COREP. As propostas aprovadas, após a organização por eixo, serão encaminhadas para o nacional por meio dos delegados eleitos para o 9º CNP.

O evento foi realizado no Morro das Pedras Praia Hotel, em Florianópolis, e reuniu os 98 psicólogos(as) delegados e mais 13 estudantes eleitos em cada pré-congresso, além de observadores e colaboradores.

Balneário Camboriú



Foram 690 participantes dos pré-congressos, sendo 264 psicólogas(os), 370 estudantes, 26 observadores e 30 profissionais de outras áreas

Blumenau



Caçador



Criciúma



Florianópolis



Itajaí



Joinville



Lages



Rio do Sul



São Miguel do Oeste



Florianópolis



Congresso Regional define propostas catarinenses para a Psicologia

A mesa de abertura do IX COREP foi composta pelos representantes Igor dos Santos, atual presidente do CRP-12; Eduardo Antunes de Matos, do Fórum Municipal de Educação de Lages e ABEP Nacional; Briana Picolotto, da ABEP-SC; Rosane Lorena Granzotto, do FEPSIC; Nasser Haidar Barbosa, do Centro de Direitos Humanos de Joinville; do SinPsi, Vania Maria Machado.

Nesse primeiro dia de evento, a presidente do CRP-12 até abril de 2016, Jaira Rodrigues, apresentou as ações da atual gestão nos anos de 2014 e 2015, destacando as políticas de participação e movimento e as parcerias realizadas. “A grande marca da nossa gestão foi a organização de parceiros e a promoção de diálogos com várias en-

tidades ligadas à psicologia”, destacou.

A palestra de abertura foi ministrada pelo psicólogo Francisco José Machado Viana que trouxe para o debate o tema do 9º CNP, a “Psicologia no cotidiano, por uma sociedade mais democrática e igualitária”.

Em sua fala, Francisco destacou as mudanças e a evolução da Psicologia desde a década de 80, trazendo temáticas de Direitos Humanos, combate aos maus tratos, e a desigualdade. “A nossa profissão deixou de ser supérflua e se tornou necessária, mas ainda precisamos avançar na comunicação com a sociedade e com os próprios colegas psicólogos para fazer entender a dimensão do nosso trabalho”, disse.

Sobre o CNP, o palestrante enfatizou

a importância de construir uma direção política para a profissão, colocando a(o) psicóloga(o) como protagonista das lutas sociais diante da sociedade e a categoria. “Devemos defender as propostas do CNP e construir estratégias para lutar contra a redução da maioria penal, os manicômios, entre outras questões que impactam de forma negativa a nossa sociedade”, enfatizou Francisco.

Ao concluir sua fala, o psicólogo defendeu os movimentos sociais que lutam contra o impeachment da presidente Dilma. “Não podemos permitir que o processo eleitoral seja desrespeitado, e juridicamente está mais evidente que o impeachment é um golpe contra a democracia”, disse.

Grupos de Trabalhos

Durante a tarde de sábado e a manhã de domingo os participantes estiveram reunidos para debater as 246 propostas e consolidar encaminhamentos ao 9º CNP.

Na tarde de domingo todos se reuniram na Plenária para as decisões finais. Foram eleitos os nove delegados profissionais para o 9º CNP, numa escolha entre três chapas, e um estudante que será titular. Outros três suplentes profissionais e um estudante também foram escolhidos.

Por fim, a Comissão Eleitoral que estava de plantão no COREP comunicou a todos que houve inscrição de uma chapa para as eleições em agosto desse ano. O grupo foi apresentado aos presentes.



Delegados titulares para o 9º CNP

- 1) Eduardo Antunes de Matos
- 2) Geneia Lucas dos Santos
- 3) Jaira Terezinha Rodrigues
- 4) Jaqueline Nehring
- 5) Maria Cláudia Goulart da Silva
- 6) Marília de Souza da Silveira
- 7) Paulo Roberto Worst Leite
- 8) Rosane Lorena Granzotto
- 9) Rosenilda Gonçalves

Suplentes Psicólogos/os

- 1) Suziléia Cecchin
- 2) Geny Beckert
- 3) Ivânia Zulian Fontana Süpptitz

Delegado - estudante

- 1) Wagner Guimarães de Sousa

Suplentes - estudantes

- 1) Alana dos Santos
- 2) Vitor Nascimento

Dia da Luta Antimanicomial em SC

EM BUSCA DE NOVAS RESPOSTAS

O Brasil alcançou 29 anos de luta “Por uma sociedade sem manicômios” em 2016. Essa luta se deu com a organização do Movimento da Luta Antimanicomial, que a promulgação da Lei 10.216 (2001) colocou, no plano do direito, como marco inicial de uma rede substitutiva ao manicômio. Mesmo com o estabelecimento de diretrizes do Ministério da Saúde para a implantação dos Centros de Atenção Psicossocial e do recente Decreto 7508, de 2011 - que estabeleceu a Rede de Atenção Psicossocial como condição para a existência de uma região de saúde -, o direito à pessoa com sofrimento psíquico ainda passa ao largo das preocupações de setores de saúde, com gestões que se afastam dos princípios da reforma. Essa realidade ficou visível na apresentação do parecer do MS sobre o Projeto de RAPS apresentado pelo Grupo de Atenção Psicossocial em Santa Catarina em 2014.

Em face desse cenário, o Conselho Regional de Psicologia - CRP-12, visando comemorar e refletir sobre o Dia 18 de maio, vem afirmar direitos alcançados com a Reforma Psiquiátrica e, ao mesmo tempo, denunciar a ausência da rede de atenção vislumbrada na legislação em muitos pontos do estado. Como exemplo, o caso de Florianópolis, onde há um número de CAPS ainda distante do que prevê a legislação (Portaria 336/2002 e Portaria 3088/11), evidenciando a falta de rede de atendimento ao sofrimento psíquico severo e persistente, que vise o acolhimento e inclusão dessas pessoas. Vale ressaltar que os projetos de trabalho existentes, em muitos casos, são encaminhados sob a lógica de tutela e da administração de medicamentos, explicitando que a articulação com a atenção básica, também prevista na legislação, não ocorre em muitas das regiões catarinenses e não apenas na Grande Florianópolis. Por outro lado, serviços visando desinstitucionalização daquelas pessoas que ao longo dos anos tiveram processos de cronificação e estabelecimento de dependência com o hospital psiquiátrico, não contam com a instituição de serviços como os Serviços Residenciais Terapêuticos e Centros de Convivência, conforme prevê a legislação, o que dificulta (quando não impossibilita) a retomada de uma vida fora dos portões dos manicômios.

Destaca-se também a falta de uma rede de urgência, em muitas regiões do estado, que fuja da lógica manicomial, situação já apontada no relatório e que tem como principal desdobramento a manutenção de uma lógica hospitalar e manicomial. Para ilustrar tal lógica, basta trazer dados da região da Grande Florianópolis, onde não há rede de urgência e de internação que fun-

cione na perspectiva antimanicomial, mas que abriga dois grandes Hospitais Especializados. Na 22ª região de saúde não há CAPSIII que atenda pessoas em situação de crise, tampouco um leito hospitalar em hospital geral. Diante disso, questiona-se sobre o quanto a falta de equipamentos previstos na Portaria 3088, que visam à atenção a urgência e internação diversa do hospital especializado, faz sobreviver o manicômio!!!!

Por outro lado, na apresentação do citado parecer do MS sobre a proposta de Rede de Atenção Psicossocial em SC, ficou visível a abertura de leitos hospitalares em regiões do interior do Estado, que passam a funcionar como pequenos manicômios, em detrimento de esforços em muitas localidades para a construção da rede com CAPS e outros equipamentos. Tais hospitais se cadastram como hospitais gerais, apesar de não terem essa prioridade, pois na maioria dos casos as clínicas de outras áreas não mantêm seus projetos, e prosperam ali apenas leitos psiquiátricos. Estes pequenos hospitais/manicômios fazem coro aos grandes hospitais, de caráter asilar.

Diante deste triste panorama é necessário refletir os caminhos para a construção de ações e estratégias junto à rede de atenção à saúde mental que, na contramão do contexto evidenciado, acolham a produção social do sofrimento.

Que 18 de maio carregue em si a denúncia do que falta avançar, o reconhecimento das vitórias ao longo dos anos de luta e, ao mesmo tempo, apresente a dimensão humana que se expressa no sentir, no sofrer e no VIVER!

Ações que levem em consideração a produção social do sofrimento requerem mudança de paradigma, que envolva a lógica aplicada à saúde coletiva. Nesse sentido, o CRP-12 promoveu junto com a UFSC, Instituto Arco Íris e Cesusc uma programação intensa durante a semana de 16 a 20 de maio para dar visibilidade ao tema e às ações da rede de atenção psicossocial. No Instituto Arco Íris os usuários do CAPS e convidados realizaram Oficinas de Dança, Origami e Pintura, além de teatro e outras atividades. Mesas redondas e debates foram realizados na UFSC. O psicólogo Alfredo Carlos Moffatt esteve em Florianópolis participando de várias atividades e recebeu o título de Honoris Causa da Faculdade CESUSC. O psicólogo e professor Felipe Brognoli fez o discurso em homenagem ao argentino e lembrou que ele é referência para uma geração de psicólogos brasileiros que se interessavam pelo tema da Saúde Mental e da então nascente Reforma Psiquiátrica.

Psicologia e alguns dispositivos legais em Santa Catarina

O *Eixo Psicologia e Justiça do CRP-12 vem a público expressar questionamentos sobre determinados Projetos de Lei (PLs) aprovados na esfera Estadual:*

Recentemente dois Projetos de Lei (PL) estaduais foram aprovados em Santa Catarina. O primeiro deles de Nº 0114.0/2014 é referente à Ouvida sem Dano para crianças vítimas de abuso sexual ou violência. O segundo, de Nº 0091.9/2013, acerca das Estatísticas em Violência Contra a Mulher. São dois PLs que impactam diretamente nos modos de vida de crianças, adolescentes e mulheres em situação de violência, o que demanda intenso debate e análise sobre o assunto. (...)

No que se refere ao Projeto de Lei “Ouvida sem danos”, em especial, cabe dizer que o procedimento “ouvida sem danos” é imposto a todos os órgãos de proteção e defesa de Direitos, tendo como objetivo a substituição de um procedimento judicial visando produção de prova. O material produzido pela Ouvida sem Dano tem como única finalidade “instruir processos ou procedimentos judiciais e administrativos”. Percebe-se, no entanto, que o atendimento de crianças com direitos supostamente violados, ouvidos pelos órgãos de proteção e defesa de Direitos, tem objetivos bastante diversos da produção de prova, em especial no que concerne ao Direito Penal. Questiona-se aqui o termo “sem dano”, visto que mascara a sua finalidade judicial e, com isso, desconsidera a autonomia do sujeito em suas manifestações, além de imputar à criança o peso da responsabilidade de decisões judiciais sobre os direitos de terceiros (por quem ela pode ter afeto).

É preciso apontar, também, enorme preocupação com o uso de registros audiovisuais referentes a falas de crianças, indicados como parte da metodologia, uma vez que seu uso de modo descontextualizado oferece riscos aos direitos das pessoas envolvidas. A gra-

vação, neste contexto, desconsidera a criança como ser em desenvolvimento e suas peculiaridades, cristalizando, em imagem e áudio, conteúdos que, além de não serem garantidores de uma “verdade real”, impõem à criança a responsabilidade de sustentar a denúncia de um crime.

A prática da “Ouvida sem danos” seria realizada por profissionais “devidamente habilitados”, porém não é mencionada a técnica a ser utilizada e que tipo de habilitação efetivamente seria necessária para a realização, assim não há clareza acerca da fundamentação e técnicas a serem utilizadas.

(...)

Já o PL Nº 0091.9/2013 diz respeito às Estatísticas de Violência Contra a Mulher, obriga as delegacias de defesa da mulher em todo o Estado de Santa Catarina a informarem o número de boletins de ocorrência registrados, as denúncias efetuadas e as prisões realizadas em casos que envolvam a violência contra a mulher. Tal medida viola um direito de sigilo e cuidado com as pessoas atendidas, obrigando a Instituição Polícia Civil a divulgar periodicamente informações, não apenas sobre os registros de ocorrência, mas também sobre as pessoas envolvidas. A finalidade apontada pelo PL é o planejamento de ações preventivas, as quais são de extrema importância.

Causa preocupação, porém, de que os dados a serem estudados restrinjam-se aos oriundos da Segurança Pública devido ao risco de enviasamento das informações encontradas, já que é sabido que muitas situações de violência não chegam à Segurança Pública, assim como o conteúdo do Boletim de Ocorrência, nem sempre corresponde à conclusão do Inquérito Policial. A Psicologia, considerando seu compromisso social, indica preocupação quanto à integridade emocional, psíquica e física dos envolvidos no processo. (...)

Há ainda o PL Nº 0155.8/2014, em

tramitação na Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, que autoriza o Estado de Santa Catarina a realizar convênios com a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC). A proposta de tal projeto permite que as entidades de direito privado sem fins lucrativos administrem estabelecimentos penais. O Método APAC prioriza o trabalho voluntário e envolvimento da comunidade e da família do condenado nas atividades de execução da pena. Desse modo, retira do Estado seu dever com as pessoas em privação de liberdade.

O CRP-12 expõe preocupação frente às APACs, visto que além de não esclarecer os modos de triagem para acolher os(as) presos(as) em tais unidades, precariza o trabalho de qualquer sujeito.

Não é definido pelo PL os termos de contratação de pessoal, que segundo o texto, se dará mediante necessidade (priorizando voluntariado), refletindo nos direitos trabalhistas na esfera social. (...)

Entretanto, ao protagonizar a responsabilidade de participação apenas da comunidade e familiares de condenados(as), atribuindo as entidades a administração, o Estado se isenta de responsabilidade, além de abrir possibilidades para a privatização dos presídios. Cabe a reflexão sobre a participação da comunidade, pois não há no Brasil a cultura de compreender as características da pena e da prisão, ou seja, quais serão as pessoas que realmente se identificam com a participação? E qual o método estipulado para a participação da família?

A Psicologia, enquanto ciência e profissão, sente-se convidada para dialogar com a sociedade de Santa Catarina a respeito de tais dispositivos legais. Os impactos de determinados projetos precisam de ampla avaliação, pois as consequências são jurídicas, psíquicas, físicas e éticas.

Leia o texto na íntegra, com mais informações sobre os projetos, no site www.crp.org.br

Assistência Social

Comissão define Planejamento de atividades

Os integrantes do eixo Assistência Social, da Comissão de Políticas Públicas, finalizaram o planejamento para 2016. Entre as prioridades para este ano, destacam-se a definição de datas fixas de reuniões periódicas, participação em representações de fóruns e conselhos de âmbito estadual, além da participação e promoção de eventos de temáticas importantes à política de Assistência Social.

Para qualificar o olhar da comissão sobre temas importantes da atuação de psicólogas(os), em articulação com a Política de Participação e Colaboração, dois novos membros passaram a compor o eixo na condição de colaboradores: os psicólogos Nanci Veras, trabalhadora de Palhoça, e Paulo Roberto Wovst Leite, de Blumenau.

Ainda sobre planejamento, incluiu-se as ações de suporte referentes à interface entre Psicologia e as situações de Emergências e Desastres, cuja continuidade incluiu o objetivo de criação de um Grupo de Trabalho (GT) específico, com participação de conselheiros, colaboradores e psicólogos interessados.

As ações do eixo têm ocorrido de maneira integrada às atividades de outras comissões, como a discussão sobre as demandas e excessos do sistema de justiça, em articulação com COF e Eixo Saúde. Objetiva-se, por meio de reuniões entre seus integrantes, contribuir para a discussão desse tema que tanto afeta psicólogas(os) atuando pelo estado e auxiliar na produção do levantamento finalizado este ano nos mais diversos serviços.

Representações - As representações do CRP-12 têm dado

continuidade à discussão de temas importantes à atuação e defesa de direitos na Política de Assistência Social, incluídos os espaços do Fórum Estadual Permanente de Assistência Social (FEPAS), Fórum Estadual dos Trabalhadores e Trabalhadoras do SUAS (FETSUAS/SC) e o GT Benefícios Eventuais, do Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS).

No FETSUAS/SC destaca-se um importante marco para a representação de trabalhadores na Política de Assistência Social no estado: a coordenação executiva assumida por CRP-12 e CRESS-SC. Sob responsabilidade da coordenação foi realizado, em 15 e 16 de abril, o 4º Seminário Nacional do FNT-SUAS, sediado no Cefid/UEDESC, com a participação de mais de cem profissionais da área e usuários do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), contabilizando ainda mais de 400 acessos à transmissão on-line.

Com o tema “Participação Popular e Controle Democrático”, os debates significaram um avanço na construção de pautas comuns com usuários. Na abertura do evento, a conselheira do CRP-12, Julianna Remor, que representa a entidade no FETSUAS estando na secretaria executiva junto com o CRESS, ressaltou a importância da união para enfrentar os desafios. O evento foi realizado no Cefid/Udesc.

A primeira mesa de debate falou de participação popular e a importância do empoderamento dos usuários para exigir seus direitos, tendo como integrantes Luziele Tapajós (UFSC), a usuária Solange Bueno (FNUSUAS - Região Sul) e Enrico Braga, do Conselho Federal de Psicologia que integra o FNT-

SUAS. Luziele conclamou os participantes a ocuparem os espaços nos conselhos municipais para efetivamente haver o controle social. “Vivemos a casca da democracia, precisamos aprofundar os debates e buscar a participação mais forte do que a simples democracia representativa”, disse ela. A usuária Solange Bueno deu uma aula de cidadania e contou sua experiência na Associação para Integração dos Cegos (ACIC).

A secretária executiva do FNT-SUAS Aldenora Gonzáles fez uma retrospectiva de como foi a implantação dos Fóruns dos usuários do SUAS. Atualmente, 23 estados brasileiros já contam com FETSUAS colaborando com propostas para o processo de regulamentação, conferências, entre outras ações. Aldenora também enfatizou os grandes desafios na relação entre os usuários e os trabalhadores.

Oficinas e construção de propostas

- Os participantes foram divididos em três grupos - dois de trabalhadores e um de usuários - para a construção de propostas de estratégia conjunta entre usuários e trabalhadores e para fortalecimento do FNTSUAS. O encerramento do Seminário se deu após a socialização das propostas no grande grupo.

Para a conselheira do CRP-12 Julianna Remor, que participou do Seminário, a realização do evento foi bastante significativo pela participação e também pelos debates. Além dos 160 participantes presenciais, os debates foram acompanhados por cerca de 400 pontos de internet ligados na transmissão, em diferentes horários.

Pesquisa sobre o impacto da implantação do Título de Especialista

A Comissão de Análise do Título de Especialista (CATE) do CRP-12 realizou em 2015 uma pesquisa com a categoria e com os Núcleos Formadores, referente à relação do profissional com o processo de concessão de títulos no Sistema Conselhos de Psicologia com objetivo de aprofundamento sobre os possíveis impactos dos títulos de especialista em nosso Estado.

A pesquisa esteve no ar através do site do CRP-12 e obteve respostas de 345 psicólogos e de 10 núcleos formadores. Dos 345 psicólogos participantes, 47% obtiveram o título de especialista e, destes, a maioria na área clínica com 74,5% dos entrevistados. A maioria dos participantes, 68%, responderam ter o aprimoramento do currículo como o objetivo principal para o pedido do título

de especialista, 44.1% destes buscam na titulação a valorização e o prestígio.

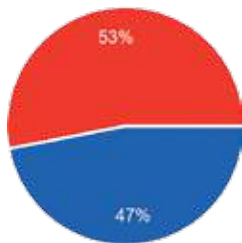
O processo de reconhecimento de especialidade via Conselho Profissional está diretamente relacionado à importância da existência da Psicologia como uma profissão regulamentada. Enquanto tal, o Conselho realiza uma atividade que interessa à sociedade e que deve ser prestada por meio de serviços com qualidade e com controle do Estado, que espera que os Conselhos acompanhem o desenvolvimento da profissão.

O Conselho de Psicologia, ao regulamentar o título de especialista e seu registro não inventou especializações para a Psicologia, mas procurou registrar aquelas que existem e são reconhecidas. As especialidades em Psicologia

têm se multiplicado e se tornado uma necessidade a partir da diversificação social no mundo contemporâneo. Possuímos atualmente 576 psicólogos especialistas em Santa Catarina. Para concluir a análise da pesquisa com a categoria sobre o impacto do título de especialista, destacamos três pontos principais: 1) apesar das resoluções serem conhecidas pelos psicólogos, há ainda necessidade de esclarecer a categoria sobre os critérios para as mesmas; 2) o impacto do título de especialista na prática profissional é positivo em sua maioria, mas necessita um avanço diante das empresas e organizações para divulgar e ampliar este reconhecimento 3) há interesse pelo título entre a maioria dos psicólogos.

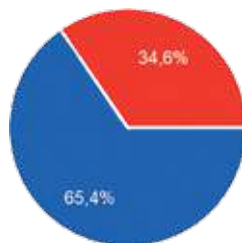
Confira alguns dos gráficos da pesquisa realizada.

Você possui o título de especialista concedido pelo Sistema Conselhos de Psicologia?



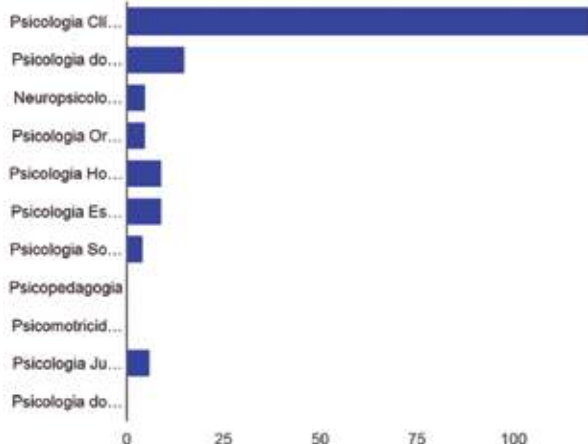
Sim 162 47%
Não 183 53%

Você já foi beneficiado por ter o título de especialista?



Sim 106 65,4%
Não 56 34,6%

Em que área(s) você possui o título de especialista?



Área	Quantidade	Porcentagem
Psicologia Clínica	120	74,5%
Psicologia do Trânsito	15	9,3%
Neuropsicologia	5	3,1%
Psicologia Organiz. e do Trabalho	5	3,1%
Psicologia Hospitalar	9	5,6%
Psicologia Escolar/Educacional	9	5,6%
Psicologia Social	4	2,5%
Psicopedagogia	0	0%
Psicomotricidade	0	0%
Psicologia Jurídica	6	3,7%
Psicologia do Esporte	0	0%

Processamento Disciplinar Ético

O CRP-12 é uma autarquia que tem como missão orientar, disciplinar, fiscalizar o exercício da profissão de Psicólogo e garantir o compromisso ético-político e o protagonismo social da Psicologia em Santa Catarina. Nessa direção é, também, a instância que recebe denúncias em face de psicólogos que, supostamente, infringiram a ética profissional.

De acordo com a Lei 5.766/1971 (que cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia e se dá outras providências), o CFP deve funcionar como tribunal superior de ética profissional.

Para tanto, no órgão, é mantida a Secretaria de Orientação e Ética, que cuida da elaboração de diretrizes para os trabalhos dos Conselhos Regionais de Psicologia que sejam relacionados à orientação e ética profissional.

Sendo assim, a Comissão de Orientação e Ética – COE, é o setor do CRP responsável por dar andamento às denúncias acolhidas pelo Conselho. Uma vez recebidas na COE, as denúncias são encaminhadas conforme o Código de Processamento Disciplinar, estabelecido pela Resolução CFP n. 006/2007. Trata-se de um conjunto de normas, semelhante ao Código de Processamento Civil, que organiza os passos para o estabelecimento das alegações de defesa e de acusação das partes, isto é, disciplina a tramitação processual, descrito através do fluxograma.

Mais informações sobre a denúncia de exercício irregular da profissão no site:

www.crp.org.br

DOSIMETRIA DA PENA

A penalidade deve ser justa e proporcional à gravidade da conduta praticada e à culpabilidade da(o) psicóloga(o) processada(o).

A decisão acerca da penalidade deve considerar os seguintes fatores:

I- a gravidade da falta;

II- a especial gravidade das faltas relacionadas com o exercício profissional;

III- a individualidade da pena;

IV- o caráter primário ou não do infrator.

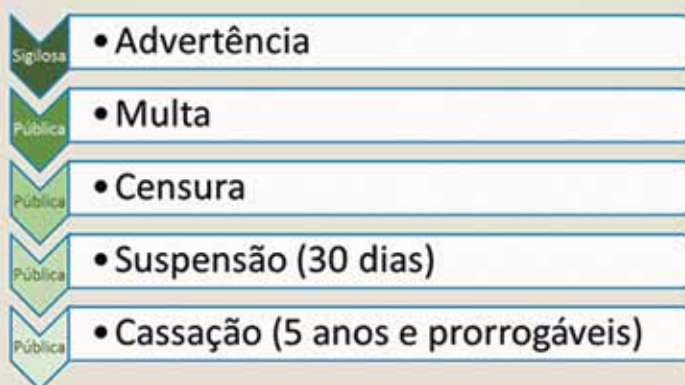
CÓDIGO DE PROCESSAMENTO DISCIPLINAR

Resolução CFP Nº 006/07 de 30/04/07, institui o Código de processamento Disciplinar e revoga a Resolução CFP Nº 006/01



PENALIDADES APLICÁVEIS

(da mais branda à mais grave)



* A APAF de 21 e 22 de maio aprovou Resolução que permite a inclusão de métodos alternativos de resolução de conflitos, neste caso, a mediação de conflitos éticos disciplinares. A Resolução entrará em vigor a partir de sua publicação no Diário Oficial da União.

Relação da Psicologia com os Benefícios Eventuais da Política de Assistência Social

Constantemente a Comissão de Orientação e Fiscalização do CRP-12 recebe demandas referentes à concessão de benefícios eventuais, com questionamentos sobre: a) solicitação da gestão municipal para que o profissional da psicologia faça a avaliação e concessão do benefício; b) problemas relativos a concessão feita unicamente por gestores, sem metodologia clara e desarticulada com os demais serviços/programas; c) dúvidas quanto a obrigatoriedade do Estudo Social e Avaliação Socioeconômica realizado pelo Assistente Social; d) casos de impossibilidade do psicólogo em reconduzir a concessão para famílias atendidas e avaliadas relativas a vulnerabilidade temporária; e) denúncias provenientes do CRESS de exercício ilegal da profissão de Assistente Social.

Em abril de 2015 o CRP-12, por meio da COF e Eixo Assistência Social, procurou o Conselho Regional de Serviço Social – CRESS/SC para dialogar sobre a questão. A proposição referia-se à construção de Nota conjunta acerca da necessidade de regulamentação dos municípios e a viabilidade de abordar aspectos da metodologia de avaliação para concessão. Naquele momento, o retorno obtido foi da não continuidade da conversa, a partir do reforço da Orientação Técnica CRESS/SC nº 01/2013, sobre a competência do Assistente Social na avaliação socioeconômica para a concessão de benefícios. Em setembro do mesmo ano, o CRP-12 foi convidado para integrar a Comissão de Benefícios Eventuais do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS e, acompanhado do Sindicato dos Psicólogos SINPSI/SC, vem promovendo

os debates sobre as contribuições da psicologia nesta temática. No dia 6 de maio foi promovida Reunião Ampliada para aprofundar reflexões com a realidade apresentada pela categoria.

Os benefícios socioassistenciais fazem parte da Assistência Social no Brasil mesmo antes da organização do SUAS. Com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS, 1993), a Resolução n. 212/2016 do CNAS e o Decreto da União n. 6.301 de 2007 foram estabelecidos critérios para a regulamentação e provisão de benefícios nas três esferas de governo. A Resolução 39/2010 do CNS ainda orientou um reordenamento que delimitou aqueles benefícios relativos à Política de Assistência Social, diferenciando daqueles específicos da Saúde. Estes se configuram como direito, sendo prestados de forma articulada aos serviços socioassistenciais e de outras políticas setoriais, ampliando a proteção social e promovendo a superação das situações de vulnerabilidade e de risco social. São divididos em duas modalidades direcionadas a públicos específicos: o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) e os Benefícios Eventuais.

Os Benefícios Eventuais (BE's), previstos no art.22 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS), compõem o Capítulo IV da referida Lei, caracterizando-se por seu caráter complementar e provisório, prestados aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública. Definem-se à partir de três tipos: a) compulsórios - pagamento de auxílio por natalidade ou morte às famílias cuja renda mensal per capita seja inferior a do salário mínimo; b) facultativo - "podem" ser criados "para atenderem necessidades advindas de situações de vulnerabilidade temporária, com prioridade para a criança, a família, o idoso, a pessoa portadora de deficiência, a gestante, a nutriz e nos casos de calamidade pública"; c) subsidiários – transferência financeira para famílias com crianças até 6 anos,

com renda per capita inferior a do salário mínimo (geralmente são absorvidos pelo Programa Bolsa Família).

Especificamente sobre as circunstâncias (riscos, perdas e danos) que envolvem a vulnerabilidade temporária, o Decreto Federal 6307/2007 que dispõe sobre os benefícios eventuais, em seu Art.7, destaca que: "Parágrafo único. Os riscos, as perdas e os danos podem decorrer: I - da falta de: acesso a condições e meios para suprir a reprodução social cotidiana do solicitante e de sua família, principalmente a de alimentação; documentação; e domicílio; II - da situação de abandono ou da impossibilidade de garantir abrigo aos filhos; III - da perda circunstancial decorrente da ruptura de vínculos familiares, da presença de violência física ou psicológica na família ou de situações de ameaça à vida; IV - de desastres e de calamidade pública; e V - de outras situações sociais que comprometam a sobrevivência".

São as situações de vulnerabilidade temporária que implicam a realização de avaliação para concessão dos benefícios eventuais pelos profissionais dos Serviços de Proteção Básica e Proteção Especial, como estipula a Resolução 269/2006 do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS. Conforme a mesma Resolução, entende-se que cabe às equipes de referência a organização e oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e especial. No caso dos benefícios eventuais, este deve estar integrado à oferta de serviços socioassistenciais, devendo ocorrer no âmbito do trabalho com as famílias, não devendo estar condicionado a determinado corte de renda ou a emissão de pareceres/estudos sociais. Fica, portanto, sob responsabilidade da gestão municipal a coordenação da oferta dos benefícios, considerando as necessidades da população e meios para facilitar seu acesso.

ATENÇÃO: O texto na íntegra e as referências bibliográficas estão no site do CRP-12 (www.crp12.org.br)



Estudo revela perfil dos profissionais que atuam na relação com a Justiça

O Grupo de Trabalho interinstitucional denominado Transborde da Justiça foi constituído com objetivo de mapear as demandas do Sistema de Justiça aos profissionais psicólogos e assistentes sociais das políticas públicas municipais de Saúde e Assistência Social. Integram o Grupo: CRP-12, CRESS/SC, FETSUAS/SC, CEAS/SC, SST/SC, SES/SC, SinPsi/SC, OAB-SC e, Delegacia Geral de Polícia Civil.

A articulação destas entidades foi mobilizada considerando as implicações das demandas recebidas do Sistema de Justiça, aqui compreendido por Comarca de Justiça, Ministério Público, Conselho Tutelar e Delegacia de Polícia, que ultrapassam os limites de atuação dos Serviços Públicos de Saúde e Assistência Social,

extrapolando ou contrapondo-se às atribuições definidas nas Legislações que definem a criação e os objetivos dos mesmos, bem como as normativas que regulamentam as profissões que neles atuam.

Uma das ações promovidas foi o Levantamento do Sistema de Justiça, disponibilizado no período de 21/09/15 a 30/11/15, por meio da ferramenta online SurveyMonkey. O questionário baseava-se nas respostas das seguintes categorias:

- **R1:** Não recebe demandas do Sistema de Justiça;
- **R2:** Recebe demandas do Sistema de Justiça, APENAS relativas a informações sobre o atendimento/acompanhamento técnico do público atendido;
- **R3:** Recebe demandas, APE-

NAS para responder quesitos, realizar avaliação e/ou atendimento compulsório relacionado(s) ESPECIFICAMENTE ao Sistema de Justiça;

- **R4:** Recebe demandas relativas TANTO a informações sobre o atendimento/acompanhamento técnico de seu público atendido, QUANTO para responder quesitos, realizar avaliação e/ou atendimento compulsório relacionado(s) especificamente ao Sistema de Justiça.

A partir dos dados coletados, a equipe técnica do CRP-12 e CRESS-12a Região, juntamente com o auxílio de profissional de análise de dados, realizaram a análise das informações, sendo elaborado Relatório que se encontra na íntegra no Site dos Conselhos e Entidades.

Principais dados

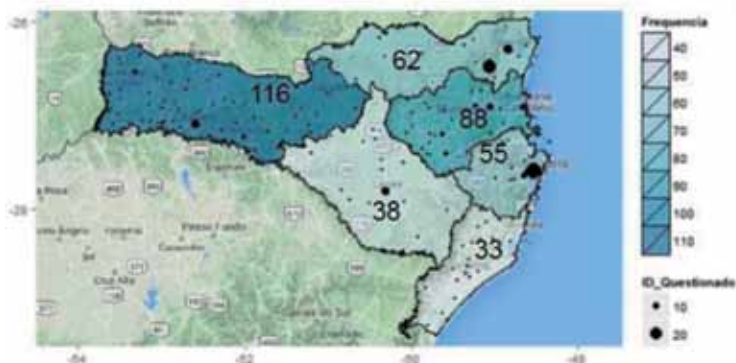
Relatório de Análise sobre as demandas do Sistema de Justiça aos Serviços Públicos Municipais de Saúde e Assistência Social

1. Caracterização dos Respondentes: Obteve-se um total de 468 respostas, dentre estas 392 caracterizavam-se como respostas válidas, isto é, que se referem à quantidade de profissionais que responderam à pesquisa em sua totalidade. O maior número de respondentes se encontra na categoria profissional de psicólogas (os), com um total de 264 respondentes, enquanto as (os) assistentes sociais representam um total de 128 respondentes.

2. Respondentes por Mesorregião de SC: a mesor-

região que possui o maior número absoluto de respondentes é a mesorregião do Oeste Catarinense, com 116 respondentes, seguida da Mesorregião do Vale do Itajaí, com um total de

88 respondentes. Registra-se que a maior frequência de respostas se encontra nas cidades de Florianópolis, Jaraguá do Sul, Joinville, Chapecó e Lages.



3. Política Pública: Em dados absolutos, o Sistema Único de Assistência Social é aquele com o maior número de respondentes tanto para a psicologia, com 192 respondentes, quanto para o serviço social, com 114. Para o SUS foram 70 psicólogos respondentes e 11 assistentes sociais. Destaca-se que 10 psicólogas (os) e 3 assistentes sociais são vinculadas (os) ao SUS e ao SUAS simultaneamente.

4. Categorias R1, R2, R3 e R4: No que se refere ao total de respondentes por categoria, obtivemos os seguintes dados:



É possível verificar que a grande maioria dos respondentes recebe solicitações do Sistema de Justiça, ou seja, 264 psicólogos (as) que correspondem a 67% e 128 assistentes sociais que correspondem a 33%. A maior parte desta demanda se enquadra na categoria R4, com um total de 66 respostas para assistentes sociais e 133 respostas para psicólogas (os), o que significa que a maior demanda recebida pelos respondentes da pesquisa diz respeito às informações sobre o atendimento/acompanhamento técnico do público atendido e também para demandas específicas do Sistema de Justiça.

Categoria R1 - Não recebe demandas do Sistema de Justiça: Esta categoria representa 6,3% do total de assistentes sociais e 7,2% do total de psicólogas (os) respondentes da pesquisa. A maior concentração destes se en-

contra no Norte Catarinense, lotados nas políticas de SUS e SUAS em igual valor, quando se trata de psicólogas (os). Para tal categoria não houve a necessidade de caracterização de demandas e suas consequências.

Categoria R2 - Recebe demandas apenas relativas a seu público alvo: Esta categoria representa 38,3% do total de assistentes sociais e 36,4% do total de psicólogas (os) respondentes da pesquisa. Nota-se que a maior incidência de demandas nesta categoria advém do Ministério Público e do Conselho Tutelar, no que se refere às (aos) psicólogas (os), ambos com uma frequência mensal que ultrapassa 20 solicitações. Nesta categoria, não se solicitou informações a respeito de penalidades sofridas na realização do trabalho.

Categoria R3 - Recebe demandas apenas relativas ao Sistema de Justiça: Para a categoria de respondentes que recebe demandas para responder quesitos, realizar avaliação, e/ou atendimento compulsório, relacionados especificamente Sistema de Justiça, foi possível observar que representam 3,9% do total de assistentes sociais e 6,1% do total de psicólogas (os) respondentes da pesquisa. Veja na tabela abaixo como as demandas se caracterizam por tema e percentual de psicólogas (os) respondentes por demandante:

Verifica-se, a partir da tabela, que o Conselho Tutelar se destaca nas demandas relativas crimes, as Comarcas de Justiça no que diz respeito a guarda e alienação parental, adoção, tutela e poder familiar. E ainda, o Ministério Público se destaca quando se trata de curatela e atendimento compulsório, e, por fim, nota-se que as Delegacias de Polícia não solicitam em relação à adoção, curatela e poder familiar.

Categoria R4 - Recebe demandas relativas a seu público alvo e ao Sistema de Justiça: Para a categoria de respondentes que recebe TANTO demandas relativas ao atendimento/acompanhamento realizado com o público alvo, QUANTO demandas relativas ao Sistema de Justiça, foi possível observar que estes representam 51,6% do total de assistentes sociais e 50,4% do total de psicólogas (os) respondentes da pesquisa. No que diz respeito ao Sistema de Justiça, verifique a caracterização das demandas para psicólogos na tabela da página 18:

Tema	Comarcas de Justiça	Ministério Público	Conselho Tutelar	Delegacia de Polícia
Crimes	43,8%	50,0%	56,3%	25,0%
Guarda e alienação	31,3%	25,0%	25,0%	6,3%
Adoção	18,8%	12,5%	0,0%	0,0%
Tutela	31,3%	12,5%	12,5%	6,3%
Curatela	0,0%	6,3%	0,0%	0,0%
Poder Familiar	31,3%	31,3%	18,8%	0,0%
Atendimento Compulsório	43,8%	56,3%	37,5%	12,5%

Tema	Comarcas de Justiça	Ministério Público	Conselho Tutelar	Delegacia de Polícia
Crimes	52,6%	66,2%	60,2%	32,3%
Guarda e alienação	42,9%	41,4%	38,3%	6,8%
Adoção	30,1%	16,5%	6,8%	1,5%
Tutela	27,8%	27,8%	12,0%	0,8%
Curatela	18,8%	24,8%	4,5%	3,0%
Poder Familiar	48,9%	51,1%	27,8%	3,0%
Atendimento Compulsório	68,4%	78,2%	41,4%	11,3%

Nota-se que o Conselho Tutelar apresenta alto índice de demandas em crimes. As Comarcas de Justiça apresentam alta incidência no que se refere guarda e alienação parental, adoção e tutela. O Ministério Público se destaca no que diz respeito a crimes, tutela, curatela, poder familiar e atendimento compulsório. Já as Delegacias de Polícia, apesar baixo índice de demandas, apresentam solicitações em todos os temas. Como consequência a tais demandas, as(os) profissionais da psicologia e do serviço social informaram apresentar sofrimento físico e psíquico, além da confusão das atribuições profissionais, interferências nas demandas do serviço e quebra de vínculo com o público atendido. No que diz respeito às dúvidas, as mesmas se apresentam no que concerne às situações em que as demandas poderiam ser questionadas, quais informações podem ser disponibilizadas ao Sistema de Justiça, seguido da elaboração

de documentos.

5. Algumas Conclusões:

A partir da análise dos dados foi possível concluir a incidência e existência de situações de transborde da Justiça, ou seja, demandas que incidem o trabalho de psicólogas(os) e assistentes sociais respondentes da pesquisa, que extrapolam os objetivos dos Programas e/ou Serviços públicos nos quais as(os) profissionais estão inseridas(os). Estes, não são solicitados somente a prestar informações concernentes ao atendimento e/ou acompanhamento que realizam, como também a cumprir demandas que não fazem parte do rol de procedimentos especificados nas políticas com as quais atua.

Observa-se, portanto, que o profissional, acaba por cumprir papéis diferenciados e, por vezes, contraditórios, que impactam negativamente no vínculo mantido com os usuários dos serviços e na qualidade dos serviços prestados. Tal

realidade se mostra por meio dos impactos informados pelos respondentes, como: a confusão de atribuições profissionais, a interferência nas demandas do Serviço, e os agravos a saúde física e mental do profissional. A execução de uma demanda que extrapola e por vezes contraria a função de um equipamento público, pode ferir o compromisso ético-profissional na direção da garantia de direitos humanos, de acolhimento e promoção da dignidade.

Quando um profissional é ameaçado e/ou punido por questionar e/ou negar a realização de uma atividade - tendo em vista a complexidade que ultrapassa as competências do profissional ou as prerrogativas do Serviço/Programa e as consequências danosas de tal ação aos beneficiários destes - não há outra consequência se não o retrocesso. Frente a isso, ressalta-se o necessário diálogo entre o Sistema de Justiça (Comarcas de Justiça, o Ministério Público, os Conselhos Tutelares e as Delegacias de Polícia) com os atores envolvidos na operacionalização das políticas Públicas de Saúde e Assistência Social, que deve considerar as especificidades dos contextos e das profissões, os objetivos dos Serviços e a relação com o trabalho intersetorial e, a qualificação do acesso e garantia de direitos dos usuários.

Próximas Ações do Grupo e do CRP-12

- Evento de Lançamento do Relatório sobre o Levantamento do Sistema de Justiça para os representantes das Entidades parceiras, visando o aprofundamento das análises e definição das ações a serem pactuadas;
- Proposição de ações e elaboração de reflexões sobre o exercício profissional do psicólogo face os atravessamentos ocasionados pelo transborde da justiça com base nas informações do Relatório.
- Definição de agenda de trabalho com o Sistema de Justiça para apresentação do Relatório, definição de encaminhamentos para o enfrentamento da situação e, a efetivação do Provimento 36/2014 do CNJ – que trata da constituição de Equipes Multiprofissionais nas Varas de Infância e Juventude (com chamada de profissionais pelo Concurso TJ/SC 034/2014).

ULAPSI: construindo relações latinoamericanas

A União Latinoamericana de Entidades da Psicologia - Ulapsi, um espaço de organização e construção de uma Psicologia comprometida com as necessidades dos países da América Latina, foi criada em 2002 na Cidade de Puebla (México) e reúne várias entidades de psicologia de nosso continente. O objetivo da Ulapsi é constituir-se como uma rede de articulação científica, profissional e acadêmica, integrada por entidades de Psicologia da América Latina e comprometida com a problemática social. Busca o desenvolvimento da Psicologia, como ciência e profissão, enquanto um instrumento de transformação das condições de vida das populações dos países latinoamericanos.

A cada dois anos a Ulapsi reúne psicólogas(os), pesquisadoras(es) e estudantes de Psicologia em encontros de caráter acadêmico, científico e profissional, que acontecem

em diferentes países da América Latina. O principal objetivo dos congressos é promover o intercâmbio teórico e prático relevante para o trabalho psicológico entre os profissionais e estudantes, subsidiando a reflexão crítica, o debate e a análise contínua dos problemas inerentes à Psicologia.

Convocamos psicólogas e psicólogos interessadas(os) em fazer avançar uma Psicologia que se volte a si mesma com vistas a reinventar, a partir do cotidiano de nossa gente, uma práxis psicológica que enfrente as especificidades da re-

alidade Latino-americana. Momento propício para a sistematização desse debate foi o VI Congresso da Ulapsi, que ocorreu entre 8 e 11 de junho de 2016, em Buenos Aires/Argentina (ulapsi.org/portal/vi-congresso). Como propõe o tema do Congresso, desejamos, por meio de diálogos e intercâmbios, construir coletivamente a promoção de direitos e o bem viver.



Realizou-se de 26 a 28 de maio, em São Paulo, o 5º Congresso Brasileiro de Saúde Mental (CBSM), realizado pela Associação Brasileira de Saúde Mental (ABRASME) com apoio de várias entidades de todo o país. O CRP 12 participou da mesa de abertura, representado pela conselheira Jaira Rodrigues. Na Plenária final foi realizada uma emocionante homenagem a Marcus Vinícios Matraga.

Os precursores do Congresso Nacional foram os Encontros Catarinenses de Saúde Mental (ECSM), que se realizam anualmente desde 2003 e que, a partir

de 2008, passaram a alternar, bi-analmente, com o CBSM.

Assim, a cada dois anos, diferentes atores congregam-se, confraternizam, apresentam avanços técnico-científicos, posicionam-se politicamente, participam de atividades culturais, artísticas e sociais, expandem o campo do trabalho e da geração de renda, ampliam o espaço da cidadania, exploram, enfim, a atualidade, a abrangência e a diversidade do campo da Saúde Mental e Atenção Psicossocial.

Para os organizadores, o 5º Congresso tem uma missão importante: promover grandes de-

“Juntos nas diferenças: sonhos, lutas e mobilização social pela reforma psiquiátrica”

bates sobre os temas que afligem profissionais, estudantes, usuários do sistema e seus familiares, e que concernem a todos os cidadãos brasileiros. “O país atravessa uma crise que atinge suas bases éticas, sua estrutura político-institucional e sua economia. A Política de Saúde Mental, que vinha, até o momento, tendo continuidade, sofre, pela primeira vez, desde a implementação do SUS, um processo de profunda ruptura organizacional (...) A onda de ataques à saúde pública não é novidade” avaliam na apresentação do evento. Saiba mais no site: www.congresso2016.abrasme.org.br

Questão urbana e subjetividades na Psicologia



Zulmira Aurea Cruz Bomfim é professora do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC) e Laboratório de Pesquisa em Psicologia ambiental- LOCUS. Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (1985), mestrado em Psicologia Social e da Personalidade pela Universidade de Brasília (1990) e doutorado em Psicologia (Psicologia Social) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2003). Pós doutorado na Universidade da Coruña, Espanha. É especialista em intervenção socioambiental e pesquisadora em Espaço Público e Regeneração Urbana pela Universidade de Barcelona no ano de 2001. Atualmente é professora do Programa e Pós Graduação em Psicologia da UFC. Coordena o Laboratório de Pesquisa em Psicologia ambiental – LOCUS.

1-Que tipos de problemas urbanos afetam as relações humanas e sociais?

A vida urbana é reconhecida hoje como um espaço e contexto de construção de subjetividades. Este reconhecimento tem sido feito originalmente pela sociologia e áreas mais voltadas para as ciências sociais e humanas. Uma visão tecnicista do espaço urbano tem sido observada em gestões urbanas e em algumas disciplinas que se debruçam sobre a relação das pessoas como o urbano, que se distanciam de uma compreensão ampla e humanizada por não considerarem as questões simbólicas. A Psicologia social e a Psicologia ambiental trazem as perspectivas psicossocial e histórico cultural que enfatizam a construção de significados e o simbolismo do espaço também como parte essencial nas relações pessoa-ambiente.

A partir disso posso dizer que vários problemas urbanos têm afetado as relações humanas e sociais na atualidade, tais como a violência, mobilidade e circulação humana na cidade, problemas relacionados à sustentabilidade ambiental - lixo, poluição visual e sonora, falta de infraestrutura urbana, segregação sócio espacial, favelização urbana e a falta de ocupação do espaço urbano, dentre outros.

Estes problemas se relacionam

direta e indiretamente com o espaço público, que é por excelência o lugar por onde se vivencia a convivência com o diferente, envolvendo nestas diferenças as possíveis dimensões de classe social, gênero, convivência Inter geracional, raça, entre outras. O sentimento de insegurança gerado pela violência urbana não se soluciona somente com policiamento, pois nossas pesquisas têm apontado que nas grandes cidades, o anonimato e a falta de relações de vizinhança fragilizam a coesão social e as relações comunitárias face a face que dão suporte para o encontro e trocas significativas no espaço urbano. Os sentimentos, afetos de insegurança, destruição e contrastes tem sido observados em nossas pesquisas com alunos de escolas públicas (Bomfim, 2013) que se sentem aprisionados em seus próprios bairros com medo da violência.

A falta de investimento em infraestrutura de lazer nos bairros também pela falta de equipamentos públicos para a juventude são apontados como motivos para o qual não acontece a apropriação dos espaço por eles em seu bairro e cidade. A categoria Afetividade em sua dimensão ético-política (Bomfim, 2010; Furlani & Bomfim, 2010; Bomfim et all. 2010) tem sido um caminho de conhecer a relação do indivíduo tendo o lugar

como mediação, avaliação e de intervenção em processos psicossociais em nossos estudos.

2-Qual a contribuição da Psicologia nessas questões que envolvem a mobilidade urbana?

Pensar formas alternativas de deslocamentos menos poluentes, mais humanizadas e a construção de novos valores sociais e ambientais são exemplos de possibilidades de atuação da Psicologia decorrentes dos problemas diários de deslocamento na vida urbana. Reverter o modo de viver estressante para um modo de vida saudável de maneira que haja menos deslocamento e mais enraizamento no âmbito microssocial da realidade da vida cotidiana são possibilidades de produção de subjetividades e conseqüentemente de atuação da Psicologia. Estas ações podem estar presentes dentro de uma visão da promoção da saúde quando o cidadão torna-se sujeito do cuidado consigo mesmo e da busca de uma maior implicação com práticas de saúde saudáveis, desde a utilização de transportes públicos ou àqueles que utilizam energias renováveis e menos poluentes. A Psicologia ambiental tem proposto formas de apropriação do espaço por intermédio de trilhas urbanas visando o resgate da memória e da história do bairro e da cidade.

3- Essa questão da ocupação deve ser discutida coletivamente?

A ocupação do espaço urbano na cidade deve ser vista como algo que obedece a uma lógica formal de urbanização ao mesmo tempo em que a coletividade participa desta urbanização promovendo pautas de legitimação ou não para estas. Lefebvre em seu livro *Direito à cidade* deixa claro que as ordens vigentes da gestão e de planejamento urbano não acontecem de forma isolada arquitetada pelos planejadores e gestores para que a coletividade simplesmente obedeça. É justamente a coletividade que permite com que ideologias, valores e tendências sejam projetadas e aceitas dentro de uma lógica de ocupação do capital e de especulação de valorização dos espaços. A urbanização molda a coletividade e a coletividade molda a urbanização. O planejamento estratégico das cidades consideradas humanizadas são aquelas em que há a participação do cidadão na elaboração de estratégias e metas de requalificação e de refuncionalização do espaço urbano. Os gestores urbanos podem ser os vetores deste processo, mas é a coletividade que possibilita o caminho para esta apropriação.

4) Qual importância do espaço de habitação para a produção de subjetividade?

A habitação, a qualidade do habitar é consequência de vários fatores decorrentes tanto da gestão urbana como também da cultura do lugar. Estudos desenvolvidos por Gabriel Moser (2001), conhecido psicólogo ambiental francês destacou a cultura e o tempo como dimensões fundamentais para a compreensão dos diversos níveis ambientais nas relações

com os sujeitos sobre a habitabilidade. Estes níveis vão desde os mais próximos como a casa, moradia, até os mais amplos como o bairro, a cidade e o planeta Terra.

No nível I, a moradia é onde os sujeitos experimentam a segurança psicológica depois das atividades do dia a dia e se constitui o espaço maior de construção de significados e de produção da subjetividade. A moradia é por excelência o espaço de maior identificação e expressão. Quando esta segurança é abalada isto também compromete processos psicológicos básicos da saúde mental. Como exemplo neste nível questiona-se a padronizações das habitações que não consideram as necessidades culturais dos habitantes levando a sentimentos de estranheza, desadaptação e afetando a qualidade de vida e o bem estar subjetivo. A construção de casas, por imposição como as desapropriações, sem um estudo prévio das necessidades e características culturais da população é um exemplo de como estes grupos podem estar aliados de um centro próximo aos espaços de trabalho e de lazer e das relações de vizinhança.

5- Quais são hoje os desafios dos profissionais que trabalham na área de habitação urbana?

Um dos grandes desafios para estes profissionais é propiciar o desenho de habitações para populações que possam interagir o nível I da moradia como os níveis II e III, bairro e cidade proporcionando a permeabilidade do micro com o macrossocial. Em outras palavras seria proporcionar a convivência do espaço íntimo com o espaço público mantendo as diferentes formas de convivência urbana, respeitando as identidades culturais e promovendo políticas públicas que se abram

para a diversidade em oposição às padronizações e a guetização das moradias. A preferência de moradias coletivas no Brasil e em países latino-americanos deve-se às necessidades de classes mais abastadas socioeconomicamente criarem muros visíveis e invisíveis que permitem uma maior “segurança” para se precaver da violência urbana.

6- Qual a contribuição da Psicologia para melhorar a qualidade de vida no espaço habitacional?

A Psicologia precisa aproximar-se cada vez mais da vida urbana como um locus de construção de subjetividades. Acredito que a grande contribuição da Psicologia para a melhoria da qualidade de vida no espaço habitacional seja a visão de que a objetividade do espaço urbano não se distancia das subjetividades. Para isso ela também precisa assumir o papel do lugar como mediação dos processos psicossociais e a abertura para interdisciplinaridade. Será necessário romper com as dicotomias entre a subjetividade e a objetividade, interno e externo, individual e coletivo, dentre outras, tanto para a Psicologia como para as ciências que se debruçam sobre o urbano. Sua principal contribuição diz respeito a visão de que a saúde mental e a subjetividade também estão presentes no físico e na concretude da vida cotidiana a partir da construção de significados. A responsabilidade ambiental não pode prescindir da mudança dos valores e de atitudes humanas. Isto é específico da Psicologia.



Democratização da Comunicação e subjetividades

O tema da democratização da comunicação constitui um eixo de trabalho da Comissão de Comunicação Social do CRP-12 com o intuito de promover debates sobre o uso da mídia e a produção de subjetividades. A Plenária do Comitê de Democratização da Comunicação em Santa Catarina (CDC-SC) foi realizada no dia 7 de abril, na sede do CRP-12, com representantes das entidades que compõem o Comitê, além de convidados e interessados no tema.

Na oportunidade foram realiza-

das duas palestras, sendo uma com a blogueira Conceição Oliveira, a Maria Frô, e outra com a jornalista Elizabeth Vilela da Costa, jornalista da Federação Internacional de Jornalistas. Após as falas, os presentes debateram as teses que foram levadas para a XIX Plenária Nacional do Fórum Nacional e Democratização, realizada em São Paulo, de 21 a 23 de abril de 2016. As propostas foram apresentadas pelos delegados eleitos para representar Santa Catarina.



Os delegados eleitos foram Marcos Ferreira, representando a União Florianopolitana de Entidades Comunitárias (UFECO) e o CRP-12; Aderbal Filho, do Sindicato dos Jornalistas de SC; Adriana Maria A. de Souza, da CUT-SC e Jaira Rodrigues, como delegada da ABEP Nacional. Os observadores eleitos foram Inês Leodete Fortes, presidente da Associação Catarinense de Radiodifusão Comunitário (Abraço-SC) e um representante do Coletivo de Jornalismo Maruim.

XIX Plenária Nacional do Fórum Nacional e Democratização

Na Plenária Nacional foi aprovado um documento que orientará a atuação do Fórum para o próximo período, focando no combate ao golpe em curso no país. Nesse sentido, a primeira ação da nova Coordenação Executiva foi a realização do Dia Nacional de Luta contra o Golpismo Midiático, no dia 5 de maio, com o tema "Monopólio é golpe". A

mobilização foi realizada em parceria com a Frente Brasil Popular. Ações específicas que também compõem a luta pela democratização da comunicação, como as relativas à internet, banda larga, comunicação pública e radiodifusão comunitária também estão contempladas no Plano de Ação, que em breve será divulgado na íntegra.



Alguns dos delegados catarinenses na XIX Plenária Nacional do Fórum Nacional e Democratização, em São Paulo

Plenária do Comitê de Democratização da Comunicação em Santa Catarina (CDC-SC), realizada na sede do CRP-12, em Florianópolis



Resolução sobre Plano de Ação do FNDC

1. Traçar os desafios que estão colocados para a luta pela democratização da comunicação no país, para os próximos dois anos, requer um olhar atento para a atual conjuntura política nacional e internacional.

2. A aprovação da admissibilidade do pedido de impeachment na Câmara dos Deputados e a possibilidade de afastamento da Presidenta por até 180 dias impõe ajustar a tática e a ação do FNDC.

3. Como mostra o documento de conjuntura, o cenário de crise política e econômica que vivemos – no Brasil e em outros países – nos coloca num quadro de resistência. É o momento de ampliar a unidade do movimento social em torno da defesa da democracia, da denúncia do golpe em curso no país, contra as medidas neoliberais e de regressão de direitos.

4. Neste contexto, a luta pela democratização dos meios de comunicação, por mais pluralidade e diversidade na mídia brasileira, é estratégia imprescindível para o enfrentamento de uma crise que tem na mídia hegemônica seu elemento propulsor.

5. O centro da tática do FNDC – atuando em unidade com outras organizações – deve ser manter em primeiro plano a luta em defesa da democracia e aglutinar ainda mais atores sociais para reivindicar a diversidade e a pluralidade na mídia e o direito à comunicação para todos e todas, denunciando o golpe em curso e a possível instituição de um governo ilegítimo no país.

6. Todo este processo político desnudou o quão danoso é o monopólio da comunicação para uma sociedade. A disputa de narrativas na sociedade se coloca como elemento central para enfrentar a onda reacionária e conservadora que tem uma dimensão política – a de derrotar políticas públicas de caráter progressistas –, mas que tem uma dimensão cultural perigo-

sa ao impor uma agenda de ódio e discriminatória – anti-civilizatória até – contra mulheres, negros, índios, LGBT's, direitos sexuais e reprodutivos, dentre outros.

7. Assim, o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação deve reafirmar o seu compromisso na luta em defesa da democracia, do Estado Democrático de Direito, dos avanços sociais, culturais, trabalhistas e civilizatórios conquistados no último período, atuando em conjunto com outras entidades e articulações do movimento social brasileiro, na construção da unidade das forças democráticas e populares. Por isso, manter sua participação na Frente Brasil Popular e com outras iniciativas dos movimentos é fundamental, inclusive, para garantir o avanço das pautas específicas da comunicação. Sem comunicação democrática não há democracia, e num estado de exceção, que viola direitos fundamentais, instrumentos democráticos de comunicação não têm ambiente para se desenvolverem.

8. Neste contexto o FNDC deve:

8.1. Realizar ações nacionais levantando a bandeira da democratização da comunicação e da urgência de um novo marco regulatório para o setor, denunciando o papel do monopólio, agindo para estancar violações a direitos cometidos por concessionários dos serviços de rádio e televisão e por empresas de telecomunicações, e para garantir direitos já consagrados, mas negligenciados por empresas e governo.

8.2. Defender a comunicação pública e construir ações de fortalecimento da comunicação comunitária, alternativa e independente que no dia a dia são efetivamente os espaços de exercício da pluralidade e diversidade e de disputas de narrativas na sociedade brasileira.

8.3. Desenvolver atividades e materiais nacionais e nos estados

em torno das comemorações dos 25 anos do FNDC.

8.4. Consolidação dos comitês do FNDC já existentes e estruturação de novos comitês e organização das entidades filiadas com o objetivo de ampliar a luta por um novo marco regulatório das comunicações, apresentação de propostas de políticas públicas locais de comunicação, em consonância com as eleições municipais de 2016. Os comitês devem se integrar às articulações unitárias do movimento social em defesa da democracia nos estados.

9. Para ampliar o protagonismo das entidades e comitês em torno da luta pela democratização da comunicação é preciso oferecer ação política concreta. A organização se dá quando há tarefas e campanhas a serem desenvolvidas. Neste sentido, as entidades e comitês do FNDC devem aproveitar o ano de eleição municipal para elaborar propostas de políticas públicas locais de comunicação, reunindo os mais amplos setores para debater temas que possam compor uma plataforma a ser apresentada para candidatos aos Executivos e Legislativos municipais. Nesse processo, em que novos ativistas poderão se somar à luta por uma comunicação democrática, também realizar atividades de coleta de assinaturas do Projeto de Lei da Mídia Democrática. É o momento de retomar com mais intensidade a luta pela criação dos conselhos de comunicação, de discutir critérios para distribuição da verba de publicidade dos municípios, de debate sobre a ampliação de espaços para a comunicação comunitária, de discutir a implantação dos canais da Cidadania, de políticas de acesso livre à internet, de expansão das redes públicas de telecomunicação e de implantação das Cidades Digitais, dentre tantos outros temas que podem contribuir para democratizar a comunicação em nível local.

Indicador de Gastos com Pessoal

Uma crítica constante à Lei de Responsabilidade Fiscal diz respeito à imposição de limites para os gastos com pessoal. A definição desses limites busca simplesmente permitir que o administrador público cumpra o papel que a sociedade lhe atribuiu: proporcionar bem-estar

à população, a partir dos recursos que lhe são entregues na forma de impostos.

Além disso, a despesa com pessoal apresenta um componente vegetativo importante, responsável pelo crescimento deste tipo de despesa de forma continuada.

Por conseguinte, a limitação dos gastos com pessoal em percentual da RCL deve-se, antes de mais nada, à necessidade de manter o setor público com os recursos necessários à sua manutenção e ao atendimento das demandas sociais.

Indicador de Gastos Pessoal
X Receita Corrente Líquida

44,02

Limite permitido em lei

50,00

Margem

5,98

RECEITAS	jan/15	fev/15	mar/15	abr/15	mai/15	jun/15
Receita total	R\$ 767.039,62	R\$ 792.040,81	R\$ 541.853,47	R\$ 567.627,99	R\$ 289.163,12	R\$ 222.755,02
(-) Repasses	-R\$ 194.159,04	-R\$ 205.603,81	-R\$ 133.370,80	-R\$ 140.656,39	-R\$ 66.559,79	-R\$ 49.403,34
Receita Corrente líquida	R\$ 572.880,58	R\$ 586.437,00	R\$ 408.482,67	R\$ 426.971,60	R\$ 222.603,33	R\$ 173.351,68
DESPESAS						
Pessoal e encargos	R\$ 79.882,40	R\$ 100.194,24	R\$ 88.271,50	R\$ 93.757,56	R\$ 61.983,06	R\$ 74.073,85
Benefícios	R\$ 8.664,16	R\$ 4.581,98	R\$ 20.997,80	R\$ 30.326,78	R\$ 460,69	R\$ 14.969,15
Benefícios Assistenciais	R\$ 1.176,09	R\$ 1.570,09	R\$ 1.570,09	R\$ 1.570,09	R\$ 1.570,09	R\$ 1.570,09
Remuneração estagiário	R\$ 621,00	-	R\$ 269,10	R\$ 621,00	R\$ 621,00	R\$ 621,00
Total	R\$ 90.343,65	R\$ 106.346,31	R\$ 111.108,49	R\$ 126.275,43	R\$ 64.634,84	R\$ 91.234,09

RECEITAS	jul/15	ago/15	set/15	out/15	nov/15	dez/15	TOTAL
Receita total	R\$ 221.008,42	R\$ 151.739,63	R\$ 153.430,66	R\$ 120.470,04	R\$ 94.312,65	R\$ 117.702,76	R\$ 4.039.144,19
(-) Repasses	-R\$ 49.672,86	-R\$ 32.209,02	-R\$ 31.647,27	-R\$ 23.034,04	-R\$ 18.059,23	-R\$ 30.902,98	-R\$ 975.278,57
Receita Corrente líquida	R\$ 171.335,56	R\$ 119.530,61	R\$ 121.783,39	R\$ 97.436,00	R\$ 76.253,42	R\$ 86.799,78	R\$ 3.063.865,62
DESPESAS							
Pessoal e encargos	R\$ 95.211,33	R\$ 105.727,05	R\$ 97.307,63	R\$ 103.448,38	R\$ 105.600,18	R\$ 95.596,57	R\$ 1.101.053,75
Benefícios	R\$ 26.187,08	R\$ 31.622,65	R\$ 857,64	R\$ 25.925,44	R\$ 15.405,86	R\$ 42.627,01	R\$ 222.626,24
Benefícios Assistenciais	R\$ 1.568,12	R\$ 1.568,12	R\$ 1.568,12	R\$ 1.568,12	R\$ 1.568,12	R\$ 1.568,12	R\$ 18.435,26
Remuneração estagiário	R\$ 621,00	R\$ 621,00	R\$ 621,00	R\$ 621,00	R\$ 621,00	R\$ 621,00	R\$ 6.479,10
Total	R\$ 123.587,53	R\$ 139.538,82	R\$ 100.354,39	R\$ 131.562,94	R\$ 123.195,16	R\$ 140.412,70	R\$ 1.348.594,35

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA 12ª REGIÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente do Conselho Regional de Psicologia - 12ª Região, nos termos do Art. 20 do Regimento Interno, convida os psicólogos em pleno gozo de seus direitos, conforme Art. 6º do mesmo Regimento, para Assembleia Geral Ordinária no dia 15 de julho de 2016, em primeira chamada às 19h00 com maioria absoluta e às 19h30 em segunda e última chamada com qualquer número de presentes.
 Local: Sede do CRP-12, Rua Professor Bayer Filho, 110 – Coqueiros S/C

Pauta:

- Leitura e aprovação da ata da assembleia anterior
- Prestação de contas do exercício 2016
- Aprovação do orçamento de 2017
- Tabela de valores de anuidades, taxas de serviços e emolumentos para o exercício de 2017
- Investimentos para 2017

Balanço Financeiro

Segundo a Lei 4.320/64, O Balanço Financeiro demonstrará a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

O resultado financeiro do exercício corresponde à diferença entre o somatório dos ingressos orçamentários com os extra-orçamentários e dos dispêndios orçamentários e extra-orçamentários.

Se os ingressos forem maiores que os dispêndios, ocorrerá um superávit; caso contrário, ocorrerá um déficit.

O Balanço Financeiro evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público no período a que se refere, e discrimina:

- (a) a receita orçamentária realizada por destinação de recurso (destinação vinculada e/ou destinação ordinária);
- (b) a despesa orçamentária executada por destinação de recurso (destinação vinculada e/ou destinação ordinária);
- (c) os recebimentos e os pagamentos extra-orçamentários;
- (d) as transferências ativas e passivas decorrentes, ou não, da execução orçamentária; e

(e) o saldo inicial e o saldo final em espécie

A análise e a verificação do Balanço Financeiro tem como objetivo predominante preparar os indicadores que servirão de suporte para a avaliação da gestão financeira

As informações sobre o fluxo de recursos das disponibilidades são úteis para que os usuários possam tomar decisões que irão influenciar o fluxo de caixa da entidade.

Possibilita, ainda, mensurar se o disponível é suficiente para pagar as obrigações referentes aos bens e serviços adquiridos e contratados e ainda satisfazer os gastos de manutenção.

Período: 01/01/2015 a 31/12/2015

Balanço Financeiro

ESPECIFICAÇÃO	INGRESSOS		ESPECIFICAÇÃO	DISPÊNDIOS	
	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária	4.039.326,67	3.488.103,47	Despesa Orçamentária	3.614.850,41	3.822.542,40
RECEITA REALIZADA	4.039.326,67	3.488.103,47	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO	3.614.850,41	3.822.542,40
RECEITA CORRENTE	4.039.326,67	3.488.103,47	DESPESA CORRENTE	3.445.706,08	3.315.615,09
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	3.455.612,10	3.012.742,05	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.139.826,71	1.169.164,15
ANUIDADES PESSOAS FÍSICAS	3.369.182,92	2.935.245,30	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.305.879,37	2.146.450,94
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO	3.156.602,75	2.716.526,87	DESPESA DE CAPITAL	169.144,33	506.927,31
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	212.580,17	218.718,43	INVESTIMENTOS	169.144,33	506.647,31
ANUIDADES DE PESSOAS JURÍDICAS	40.131,38	38.532,84	INVERSÕES FINANCEIRAS		280,00
PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO	40.131,38	38.532,84	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR		
FUNDO DE SEÇÕES	46.297,80	38.963,91			
RECEITA DE SERVIÇOS	71.923,58	67.282,52			
EMOLUMENTOS COM INSCRIÇÕES	62.797,09	49.296,00			
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CARTEIRAS	5.005,79	3.621,82			
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	4.121,10	14.364,70			
FINANCEIRAS	371.929,34	264.016,83			
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS		1.360,50			
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	96.749,58	68.476,98			
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	273.179,76	194.179,35			
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	273.179,76	194.179,35			
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	46.246,43	47.512,18			
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	93.613,22	96.949,89			
DÍVIDA ATIVA	90.211,63	93.289,89			
MULTAS DE INFRAÇÕES	75,13				
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	3.116,46				
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	210,00	3.260,00			
Transferências Financeiras Recebidas			Transferências Financeiras Concedidas		
Recebimentos Extraorçamentários	5.808.250,98	5.969.318,90	Pagamentos Extraorçamentários	5.506.731,83	5.906.394,45
Saldo em espécie do Exercício Anterior	1.283.632,52	1.555.147,00	Saldo em espécie do Exercício Seguinte	2.009.627,93	1.283.632,52
Total:	11.131.210,17	11.012.569,37		11.131.210,17	11.012.569,37

Florianópolis-SC, 31 de dezembro de 2015

Jaira Terezinha da Silva Rodrigues
 Conselheira Presidente
 CRP-12/01706
 528.732.939-34

Fabrizio Antonio Raupp
 Conselheiro Tesoureiro
 CRP-12/08012
 027.811.559-42

Daniela Bortoli
 Assessora Contábil
 CRC-SC/035665
 045.559.359-00

Balanco Orçamentário

O Balanço Orçamentário, definido na Lei nº 4.320/1964, demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.

Em sua estrutura, deve evidenciar as receitas e as despesas orçamentárias por categoria econômica, confrontar o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrar o resultado orçamentário e discriminar:

(a) as receitas por fonte (especie); e

(b) as despesas por grupo de natureza.

A avaliação da execução do orçamento público é extremamente importante para a formulação, avaliação e condução da política fiscal.

Por meio do Balanço Orçamentário, pode-se ainda avaliar o nível dos objetivos

alcançados em relação aos fixados no orçamento e as modificações nele ocorridas durante a execução.

A eficiência com que se realizam as ações consignadas no orçamento, em comparação com a meta física atingida permite inferir o grau de eficiência e eficácia na utilização dos recursos correspondentes.

Período: 01/01/2015 a 31/12/2015

Balanco Orçamentário

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO		
RECEITA CORRENTE	5.084.898,17	5.084.898,17	4.039.326,67	1.045.571,50		
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	4.633.322,17	4.633.322,17	3.455.612,10	1.177.710,07		
ANUIDADES PESSOAS FÍSICAS	4.526.908,17	4.526.908,17	3.369.182,92	1.157.725,25		
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO	4.284.473,17	4.284.473,17	3.156.002,75	1.127.870,42		
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	242.435,00	242.435,00	212.580,17	29.854,83		
ANUIDADES DE PESSOAS JURÍDICAS	65.832,00	65.832,00	40.131,38	25.700,62		
PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO	65.832,00	65.832,00	40.131,38	25.700,62		
FUNDO DE SEÇÕES	40.582,00	40.582,00	46.297,80	-5.715,80		
RECEITA DE SERVIÇOS	81.506,00	81.506,00	71.923,58	9.582,42		
EMOLUMENTOS COM INSCRIÇÕES	76.979,00	76.979,00	62.797,09	14.181,91		
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CARTEIRAS	4.527,00	4.527,00	5.005,39	-478,39		
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	0,00	0,00	4.121,10	-4.121,10		
FINANCEIRAS	267.875,00	267.875,00	371.929,34	-104.054,34		
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	60.577,00	60.577,00	98.749,58	-38.172,58		
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	207.298,00	207.298,00	273.179,76	-65.881,76		
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	207.298,00	207.298,00	273.179,76	-65.881,76		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.157,00	5.157,00	46.248,43	-41.091,43		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	97.038,00	97.038,00	93.613,22	3.424,78		
DÍVIDA ATIVA	97.038,00	97.038,00	90.211,63	6.826,37		
MULTAS DE INFRAÇÕES	0,00	0,00	75,13	-75,13		
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	3.116,46	-3.116,46		
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	0,00	0,00	210,00	-210,00		
SUB-TOTAL DAS RECEITAS	5.084.898,17	5.084.898,17	4.039.326,67	1.045.571,50		
DÉFICIT	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL	5.084.898,17	5.084.898,17	4.039.326,67	1.045.571,50		
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA CORRENTE	3.219.994,57	3.633.690,67	3.445.706,08	3.445.706,08	3.445.706,08	187.984,59
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.176.554,48	1.176.677,45	1.139.826,71	1.139.826,71	1.139.826,71	36.850,74
REMUNERAÇÃO PESSOAL	898.133,19	896.454,35	869.832,06	869.832,06	869.832,06	26.622,29
ENCARGOS PATRONAIS	278.421,29	280.223,10	269.994,65	269.994,65	269.994,65	10.228,45
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.043.350,09	2.457.013,22	2.305.879,37	2.305.879,37	2.305.879,37	151.133,85
BENEFÍCIOS A PESSOAL	238.280,74	242.945,22	217.918,99	217.918,99	217.918,99	25.026,23
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	14.185,08	18.519,08	15.693,02	15.693,02	15.693,02	2.826,06
USO DE BENS E SERVIÇOS	318.315,93	526.471,96	471.475,19	471.475,19	471.475,19	54.996,77
SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	384.643,98	510.009,55	463.569,49	463.569,49	463.569,49	46.440,06
TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	822.083,00	977.859,78	976.669,68	976.669,68	976.669,68	1.190,10
DEMAIS DESPESAS CORRENTES	207.117,16	79.051,50	66.588,15	66.588,15	66.588,15	12.463,35
SERVIÇOS BANCÁRIOS	58.724,20	91.920,86	83.729,58	83.729,58	83.729,58	8.191,28
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	10.235,27	10.235,27	10.235,27	10.235,27	0,00
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	1.864.993,60	1.451.207,50	169.144,33	169.144,33	169.144,33	1.282.063,17
INVESTIMENTOS	290.693,00	247.975,79	169.144,33	169.144,33	169.144,33	78.831,46
OBRAS, INSTALAÇÕES E REFORMAS	21.872,00	14.377,50	14.377,50	14.377,50	14.377,50	0,00
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	268.821,00	233.598,29	154.766,83	154.766,83	154.766,83	78.831,46
OUTRAS DESPESAS CAPITAL	1.574.300,60	1.203.231,71	0,00	0,00	0,00	1.203.231,71
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.574.300,60	1.203.231,71	0,00	0,00	0,00	1.203.231,71
SUB-TOTAL DAS DESPESAS	5.084.898,17	5.084.898,17	3.614.850,41	3.614.850,41	3.614.850,41	1.470.047,76
SUPERÁVIT	0,00	0,00	424.476,26	0,00	0,00	0,00
TOTAL	5.084.898,17	5.084.898,17	4.039.326,67	3.614.850,41	3.614.850,41	1.045.571,50
TOTAL	5.084.898,17	5.084.898,17	4.039.326,67	3.614.850,41	3.614.850,41	1.045.571,50

Florianópolis-SC, 31 de dezembro de 2015

Jaira Teresinha da Silva Rodrigues
Conselheira Presidente
CPF-12/01706
528.732.939-34

Fabício Antonio Raupp
Conselheiro Tesoureiro
CPF-12/08012
027.811.559-42

Daniela Bortoli
Assessora Contábil
CRC-SC/035665
045.599.359-00

Data	Evento	Local	Hora
02 a 04/06	Seminário Regional de Mudanças Climáticas e Justiça Social	UNESC - Criciúma/SC	Dia todo
02/06	Evento de Esclarecimento: Ação de Fiscalização aos Órgãos públicos	AMPLANORTE, Auditório, Mafra/SC	13h30h-17h
03/06	Evento de Esclarecimento: Ação de Fiscalização aos Órgãos públicos	Associação dos Municípios do Nordeste de Santa Catarina – AMUNESC, Joinville/SC	13h30h-17h
8- 11/06	VI Congresso ULAPSI	Buenos Aires, Argentina	Dia todo
16-19/06	IX Congresso Nacional de Psicologia – CNP	Brasília/DF	08h-18h
18/06	I Seminário Regional sobre Saúde, Trabalho e Educação	UNOESC – Chapecó/SC	8h30-19h
22-26/06	Reunião nos 11 polos da Política de Participação e Colaboração	Fpolis, Baln. Camboriú, Blumenau, Caçador, Chapecó, Criciúma, Itajaí, Joinville, Lages, Orleans, São Miguel do Oeste e Rio do Sul	19h
24/06	Evento: Despatologização das transexualidades e travestilidades: contribuições da Psicologia	A confirmar	14h-17h
25/06	Reunião Plenária Ordinária	Sede CRP-12, Sala Diversidade	08h-17h
05/07	Seminário Estadual de Benefícios Eventuais - Secr. de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação	SST/SC - a confirmar	9h-17h
15/07	Oficina de Direitos Humanos	Sede CRP-12, Sala Diversidade	9h
15/07	Reunião com Articuladores Regionais da Política de Participação e Colaboração	Sede CRP-12, Sala Diversidade	13h
15/07	Reunião Plenária de Julgamento Proc. Disc. Éticos - PEs	Sede CRP-12, Sala Diversidade	13h30-15h
15/07	Assembleia Geral Ordinária	Sede CRP-12, Sala Diversidade	19h
16/07	Plenária Ordinária	Sede CRP-12, Sala Diversidade	08h-17h
11, 12 e 13/08	III Seminário de Atenção Psicossocial	Centro de Convenções Centrosul, Florianópolis	-
20/08	Plenária Ordinária	Sede CRP-12, Sala Diversidade	08h-17h
22 - 26/08	Reunião nos 11 polos da Política de Participação e Colaboração	Fpolis, Baln. Camboriú, Blumenau, Caçador, Chapecó, Criciúma, Itajaí, Joinville, Lages, Orleans, São Miguel do Oeste e Rio do Sul	19h
25/08	Evento alusivo ao Dia do Psicólogo – Indaial	Indaial – a confirmar	8h-12h
26/08	Ação integrada - homenagem ao dia da(o) Psicóloga(o)	Todas as regiões do Estado	10h-16h
27/08	DIA DO PSICÓLOGO		
27/08	Eleições para o CRP-12 2016		

Identidade Profissional

Novos psicólogos têm encontro com o Conselho na entrega da Carteira de Identidade Profissional

Em 2016 foram realizadas entregas de carteiras em diversas cidades catarinenses, dando continuidade ao programa do CRP-12 que busca estreitar seu contato com profissionais psicólogos(os). Florianópolis (14/01, 11/02 e 14/04), Chapecó (24/02), Joinville (04/03), Blumenau (10/03), Tubarão (01/04), Rio do Sul (18/04) e Lages (19/05) realizaram encontros com novas(os) profissionais registrados e foram convidados a se integrar às atividades do CRP-12, como os debates da Política de Participação e Colaboração.



Lages, 19 de maio, com a participação da conselheira Aline Batista Bernardes

Em Tubarão, no dia 1º de abril, com a presença da conselheira Maribel Batista Sebastião e do conselheiro Junior Cesar Goulart



Dia 25 de maio, em Criciúma, com a participação do conselheiro Junior Cesar Goulart





- ♦ **Sede do Conselho Regional de Psicologia 12a Região** - Rua Prof. Bayer Filho, 110, Coqueiros, Florianópolis, SC | CEP: 88080 300 | E-mail: crp12@crpsc.org.br | Fone: (48) 3244 4826
- ♦ **Subsede Oeste** - Ed. Lazio Executivo, Av. Porto Alegre, 427-D, Sala 802, Centro, Chapecó, SC | CEP: 89802 130 | E-mail: oeste@crpsc.org.br | Fone: (49) 3304 0388
- ♦ **Subsede Sul** - Rua Henrique Lage, 267, Sala 02, Ed. João Benedit, Centro, Criciúma, SC | CEP: 88801 010 | E-mail: sul@crpsc.org.br | Fone: (48) 2102 7091
- ♦ **Subsede Norte** - Rua Blumenau, 64, sala 1.306, Ed. Adville Business, Bairro América, Joinville, SC | CEP: 89204 248 | E-mail: norte@crpsc.org.br | Fone: (47) 3202 7421

www.crpsc.org.br | www.facebook.com/crp12sc

ISSN 2319-085X